

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

FORNECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTARES NO ÂMBITO DO FUNDO EUROPEU DE AUXÍLIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Programa de Concurso

Processo n.º 2001/17/0000005

Índice

1. NATUREZA DO PROCEDIMENTO E OBJECTO DO CONCURSO	4
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO	4
3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	4
4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	5
5. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO.....	5
6. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	5
7. ESCLARECIMENTOS E RECTIFICAÇÕES	8
8. ERROS OU OMISSÕES	8
9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS	9
10. PROPOSTAS COM VARIANTES.....	10
11. NEGOCIAÇÃO	10
12. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	10
13. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	10
14. EXCLUSÃO DA PROPOSTA.....	13
15. INDICAÇÃO DO PREÇO	14
16. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO.....	14
17. PRAZO DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA	15
18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	15
19. CRITÉRIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS	15
20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	15
21. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	16

22. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	16
23. MODO DE APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO	17
24.ENCARGOS DO CONCORRENTE.....	17
25.SIGILO	17
26.LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS	17

1. NATUREZA DO PROCEDIMENTO E OBJECTO DO CONCURSO

1.1. A natureza do presente procedimento— Concurso Público—, encontra-se em conformidade com o disposto nos artigos 130º e seguintes do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua actual redacção.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao fornecimento de **GÉNEROS ALIMENTARES NO ÂMBITO DO FUNDO DE AUXÍLIO EUROPEU ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (FEAC)**, nos termos previstos e definidos no Caderno de Encargos e respetivos Anexos que dele fazem parte integrante.

1.3. O procedimento integra 18 (dezoito) lotes e os concorrentes poderão apresentar proposta para um, para vários ou para a totalidade dos lotes.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO

2.1. A entidade pública contratante é o Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP), contribuinte fiscal n.º 505305500, com sede na Rua Rosa Araújo, n.º 43, Lisboa, 1102-803 Lisboa, Telefone (351) 300510100 e Fax (351) 300510101, com o endereço eletrónico www.seg-social.pt, adiante designada por ISS, I.P.

2.2. O processo do concurso decorre no Departamento de Administração, Património e Obras, sito na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82 - 2.º piso esquerdo, 1049-076 Lisboa, Tel: (351) 300510344 – Fax(351) 300510601, através da plataforma eletrónica www.vortal.biz, de acordo com as condições constantes no presente Programa e Caderno de Encargos.

3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

3.1 O presente procedimento foi autorizado por deliberação de dia 9 de Janeiro de 2017 do Conselho Diretivo do ISS, IP.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na celebração do contrato aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua actual redacção.

5. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

5.1. Os documentos que constituem o processo de concurso – Programa do Concurso, Caderno de Encargos e documentação Anexa – encontram-se patentes na plataforma eletrónica indicada no ponto 2.2. e encontra-se disponível para consulta no Departamento de Administração, Património e Obras, sito na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82 – 2.º piso esquerdo, 1049-076 Lisboa, Tel.: 300510344 – Fax: 300510344, onde pode ser consultado, nos dias úteis, das 10H às 12H e das 14H30 às 17H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2. As peças do concurso são fornecidas gratuitamente aos concorrentes.

6. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. REQUISITOS DE ACESSO À PLATAFORMA ELECTRÓNICA

- a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.vortal.biz
- b) Após inscrição e validação, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças concursais, conforme o mencionado no ponto 5.1 do presente Programa.

6.2. IMPEDIMENTOS

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:

- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respectivo processo pendente;

- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
- c) Tenham sido objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido objecto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal.
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal.
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do art.º 45º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do art.º 460º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código do Trabalho, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- h) Tenham sido objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- i) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenadas pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do art.º 2º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

- ii) Corrupção, na aceção do art.º 3º do Acto do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do art.º 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do art.º 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do art.º 1º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Tenham, a qualquer título, prestado, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

6.3. AGRUPAMENTOS

6.3.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no Ponto 13. do presente Programa (todas as empresas que compõem o agrupamento).

6.3.2. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.

6.3.3. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta.

6.3.4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar o interlocutor único, devidamente identificado perante a entidade adjudicante, entregando os respectivos instrumentos de mandato.

6.3.5. Não existindo representante comum, a proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros (todas as empresas que compõem o agrupamento) ou respectivos representantes.

6.3.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.

6.3.7. Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no art.º 84º do CCP.

7. ESCLARECIMENTOS E RECTIFICAÇÕES

7.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos das peças do procedimento podem ser prestados por iniciativa própria do Júri ou por solicitação dos interessados, desde que esta solicitação seja apresentada por escrito no primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, devendo ser colocados na plataforma electrónica em local próprio para o efeito.

7.2. Os esclarecimentos e as rectificações efectuadas serão disponibilizados na plataforma electrónica.

7.3. Os esclarecimentos e rectificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. ERROS OU OMISSÕES

8.1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao júri uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detectados e que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objecto do contrato;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não

considere exequíveis.

8.2. Exceptuam-se do disposto acima, os erros e as omissões que os concorrentes, actuando com a diligência objectivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detectar na fase de execução do contrato.

8.3. A apresentação da lista referida no ponto 8.1., por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão, ou não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

8.4. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

8.5. Quer a lista com a identificação dos erros e das omissões detectadas pelos interessados, quer a decisão que venha a recair sobre essa lista devem ser disponibilizadas na plataforma electrónica.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

9.1. Os documentos que constituem a PROPOSTA são apresentados directamente na plataforma electrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e electrónica de dados, até às **17.00H** do **40º dia** a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, pelos concorrentes ou seus representantes. Caso o 40.º dia recaia em dia não útil (fim-de-semana ou feriado), o prazo de apresentação terminará às 17.00 H do primeiro dia útil seguinte.

9.2. Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a PROPOSTA não possa ser apresentado, nos termos do disposto no ponto 9.1., deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante, e enviado por correio registado à entidade adjudicante até ao fim do prazo estabelecido para entrega das propostas.

9.3. A proposta e os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e deverão ser datados e assinados. Quando entregues por via postal, a Proposta e os documentos deverão ainda

apresentar-se encadernados de modo indecomponível e devidamente numerados.

10. PROPOSTAS COM VARIANTES

10.1. Não será admitida a apresentação de propostas com variantes.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1. As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

12. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

12.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do art.º 66º do Código dos Contratos Públicos, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

12.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12.3. Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no ponto 9. ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

13. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

13.1. Os concorrentes poderão apresentar proposta para um, para vários ou para a totalidade dos 18 lotes do procedimento.

13.2. Deve ser apresentada 1 (uma) proposta devidamente instruída para cada lote a que concorra.

13.3. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

13.3.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (Anexo I ao presente Programa), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, ou se apresentada por agrupamento concorrente, pelo representante comum dos membros que o integram ou por todos os seus membros ou respectivos representantes, no caso de não existir representante comum (por todas as empresas).

13.3.2. Declaração relativa ao preço global por lote do fornecimento proposto sem IVA e em algarismos. Quando os preços sejam também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.

13.3.3. A proposta para cada lote deve ainda conter a descrição detalhada do fornecimento proposto, designadamente:

- a) Indicação das quantidades totais dos géneros alimentares a entregar referente a cada lote em toneladas, correspondente número de embalagens individuais a entregar em cada um dos territórios indicados no **Anexo I** do Caderno de Encargos e do respetivo preço unitário por embalagem individual;
 - a.1) A quantidade total de géneros alimentares indicada em toneladas tem que ser correspondente com o número de embalagens individuais, tendo por base o acondicionamento das embalagens individuais previsto nos pontos 1.2.1 e 9.3 do Caderno de Encargos), sob pena de exclusão da proposta;
- b) Indicação do local de produção e de acondicionamento dos géneros alimentares a fornecer;
- c) Indicação das condições em que os géneros alimentares devem ser conservados e armazenados nos polos de receção, nomeadamente, se as paletes devem ser empilhadas e, em caso afirmativo, indicação do número de paletes que permitam a não ocorrência de perdas ou deterioração dos produtos por esmagamento.

13.3.4. Indicação do custo total de transporte dos géneros alimentares, [que não pode exceder o limite de 1% do preço apresentado para o produto], do local de produção para o local de

acondicionamento nos armazéns dos polos de receção indicados no **Anexo I** do Caderno de Encargos, tendo em consideração as quantidades dos géneros alimentares a entregar constantes do mesmo Anexo.

13.3.5. Ficha(s) Técnica(s) do(s) produto(s) a fornecer com indicação da composição qualitativa do produto oferecido, informação nutricional e o seu prazo de validade para consumo, que não poderá ser inferior ao indicado na *Data de durabilidade mínima* disposta da ficha técnica do produto constante do **Anexo II** do Caderno de Encargos dias a contar do dia da entrega nos respetivos Armazéns dos Polos de Receção. Devem ainda indicar o cumprimento dos requisitos dos Regulamentos legalmente fixados neste âmbito e mencionados no Caderno de Encargos e respetivo **Anexo II**;

13.3.6. Amostras do produto a fornecer nas quantidades constantes do **Anexo IV** do Programa de Concurso e que correspondam à respetiva Ficha Técnica, as quais têm que ser entregues nas instalações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) sitas na *Estrada Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício F, cave, 1649-038 Lisboa, no prazo máximo de 2 dias úteis seguintes à data limite para a apresentação das propostas* constante do ponto 9 do presente documento e dentro do horário de funcionamento dos serviços, *das 9h às 17h*.

13.3.7. Declaração de compromisso de constituição da garantia bancária, de acordo com o programa de concurso.

13.3.8. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.

13.3.9. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

13.4. Caso o concorrente subcontrate empresas para a execução de parte ou da totalidade do fornecimento de bens objecto do presente procedimento, cuja nacionalidade não seja a portuguesa, estas deverão juntar à proposta um documento declarando que desistem de quaisquer regalias que

lhes possam pertencer nessa qualidade, renunciando a qualquer foro especial e que se submetem às condições que regem a prestação de serviços do procedimento, bem como à legislação portuguesa que lhe for aplicável.

13.5. Sem prejuízo dos motivos de exclusão legalmente previstos, a não apresentação dos documentos e amostras solicitados no ponto 13 determina a exclusão da proposta.

13.6. As propostas e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes legais do proponente.

13.7. Em caso de contradição do texto constante de qualquer proposta, relativamente às disposições legais que integram o CCP, serão estas que deverão relevar.

14. EXCLUSÃO DA PROPOSTA

14.1. É excluída a proposta que não seja instruída com todos os documentos, declarações e informações previstos nos pontos 13 do Programa de Concurso.

14.2. É excluída a proposta cuja amostra do produto a fornecer nos termos do ponto 13.3.6 não seja validada pela ASAE.

14.3. Será igualmente excluída a proposta que contenha preço(s) acima do(s):

- Preço base global do procedimento;
- Preço base por lote;
- Preço referência do transporte, conforme o disposto nos ponto 13.3.4 do Programa de Concurso, pontos 9.3. e 9.5 do Caderno de Encargos;
- Preço referência dos géneros alimentares por embalagem individual.

14.4. Será também excluída a proposta que:

- a) Não contenha um número total de embalagens individuais igual ao número total de

embalagens individuais indicado no **Anexo I** do Caderno de Encargos;

- b) Não contenha um número total de embalagens individuais por território igual ao número total de embalagens individuais constante de cada território disposto no **Anexo I** do Caderno de Encargos.

15. INDICAÇÃO DO PREÇO

15.1 O preço base global do procedimento é de **66.120.372,61€** (sessenta e seis milhões, cento e vinte mil, trezentos e setenta e dois euros e sessenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal aplicável, sendo decomposto nos seguintes termos:

- a) valor total dos produtos no montante de **65.465.715,46€** (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quinze euros e quarenta e seis cêntimos);
- b) valor total do transporte no montante de **654.657,15€** (seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e quinze cêntimos).

15.2 O valor base de cada lote é igualmente decomposto pelo valor de aquisição do produto e pelo valor do custo de transporte, a que acresce o IVA à taxa legal aplicável.

16. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

16.1 Será considerado anormalmente baixo o preço resultante de proposta que seja 20% (vinte por cento) ou mais inferior ao preço base do lote, conjunto de lotes ou totalidade dos lotes do procedimento a que se refere, conforme valores previstos nos pontos 9.1. e 9.3 do Caderno de Encargos.

16.2 Caso uma proposta apresente um preço anormalmente baixo, deve ser acompanhada de documento justificativo do mesmo, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

17. PRAZO DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O Concorrente fica obrigado a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.

18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

18.1. O critério de adjudicação é o do mais baixo preço, nos termos do disposto na al. b) do artigo 74º do CCP.

18.2. A adjudicação será feita por lote nos termos do n.º 3 do art. 132.º do CCP.

18.3. Para os efeitos previstos nos números anteriores, devem ser considerados os lotes e os valores indicados no ponto 9.3 do Caderno de Encargos.

19. CRITÉRIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

19.1. Em caso de empate, o critério de desempate adotado será a opção pela proposta que apresente o mais baixo preço no “custo total de transporte dos géneros alimentares”, conforme o disposto nos pontos 13.3.4 do Programa de Concurso e pontos 9.3. e 9.5 do Caderno de Encargos;

19.2. Caso o empate ainda subsista, será adjudicada a proposta que tiver sido “apresentada mais cedo”.

20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. Em caso de adjudicação, o concorrente deverá apresentar no prazo de **dez dias a contar da notificação de adjudicação** os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (Anexo II ao presente Programa);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas

alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;

c) Certidão do Registo Comercial com o teor de todas as inscrições.

e) Cópia do cartão de Número de Identificação de Pessoa Coletiva;

f) Cópia dos documentos de identificação civil e fiscal das pessoas que outorgam o contrato.

20.2. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

20.3. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

20.4. No caso de o Adjudicatário ter proposto a subcontratação parcial da prestação de serviços, é igualmente exigível às entidades a subcontratar a apresentação dos mesmos documentos exigidos ao Adjudicatário.

21. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21.1. Os documentos de habilitação são apresentados directamente na plataforma electrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e electrónica de dados.

21.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao ISS,IP o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

22. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

22.1. O ISS, IP reserva-se o direito de não adjudicar a nenhum dos concorrentes caso se verifique algum dos pressupostos constantes do artigo 79º do CCP

23. MODO DE APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO

23.1. Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do valor global dos lotes que lhe tenham sido adjudicados.

23.2. O adjudicatário deverá prestar a caução no prazo de **dez dias a contar da notificação de adjudicação**.

23.3. A caução é prestada por garantia bancária e a sua elaboração deverá estar de acordo com o Anexo III ao presente Programa.

24. ENCARGOS DO CONCORRENTE

24.1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

24.2. São ainda da conta do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as de prestação da caução.

25. SIGILO

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou por seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

26. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS

26.1. Em tudo o que o presente Programa for omissa aplicar-se-á o disposto no Caderno de Encargos, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

26.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à Lei Portuguesa, escolhendo-se o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

Nota: Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma electrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico info@vortal.biz ou do Telefone: 707 20 27 12 das 09:00 às 19:00.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1

do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º

do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

- (9) *Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.*
- (10) *Declarar consoante a situação.*
- (11) *Declarar consoante a situação.*
- (12) *Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (13) *Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (14) *Declarar consoante a situação.*
- (15) *Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.*
- (16) *Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.*
- (17) *Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.*
- (18) *Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º*

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do

Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.*
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.*
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.*
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.*
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (8) Declarar consoante a situação.*
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*
- (11) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º*

ANEXO III

Modelo de declaração bancária

Procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no *Diário da República* dee no JOUE de

Em nome e a pedido de (empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, empresas, números de identificação fiscal e sedes), para efeitos de prestação da (garantia bancária) até ao limite de (montante), para segurança do cumprimento integral das obrigações decorrentes não só do contrato de fornecimento de (produto a fornecer) celebrado entre o ISS e a

A presente garantia cobre até ao citado montante todas e quaisquer responsabilidades e obrigações de....., contraídas perante o ISS e relativas ao referido contrato de fornecimento, pelo que o Banco, na qualidade de garante autónomo, se compromete irrevogavelmente a pagar ao ISS quaisquer quantias, até ao referido limite, logo que tal seja solicitado pelo ISS.

A entidade garante não pode opor à entidade beneficiária quaisquer meios de defesa de que a entidade ordenante possa prevalecer-se face à entidade beneficiária.

A caducidade da presente garantia depende da comunicação escrita do ISS, feita ao Banco, de que cumpriu pontualmente as obrigações emergentes do contrato e legislação antes referidas.

... (local),... (data),... (assinatura).